

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**



PROTEÇÃO AO VOO

ICA 63-27

**PROCEDIMENTOS DOS OPERADORES AIS
RELACIONADOS AO DCERTA**

2010



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 121/DGCEA, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

Aprova a edição da Instrução que estabelece os procedimentos dos operadores AIS relacionados ao DCERTA.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 195, inciso IV, do Regimento Interno do Comando da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, e o art. 10, inciso IV, do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 369/GC3, de 9 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 63-27 “Procedimentos dos Operadores AIS Relacionados ao DCERTA”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor em 7 de setembro 2010.

Ten Brig Ar RAMON BORGES CARDOSO
Diretor-Geral do DECEA

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 FINALIDADE	9
1.2 SIGLAS E ABREVIATURAS	9
1.3 ÂMBITO	9
2 COMPETÊNCIAS	10
2.1 DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	10
3 PROCEDIMENTOS	11
3.1 VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE	11
4 DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Anexo – Declaração de regularidade	13

PREFÁCIO

O Sistema Decolagem Certa (DCERTA) é o sistema instituído pela ANAC com a finalidade de acompanhar e verificar a regularidade de aeródromos, certificados e licenças de aeronaves e tripulações técnicas.

Como parte integrante do gerenciamento do risco à segurança operacional, previsto no Programa Brasileiro para a Segurança Operacional da Aviação Civil (PSO-BR), esse Sistema passou a operar em conjunto com o Sistema Automatizado de Sala AIS (SAIS), de forma experimental, em algumas Salas AIS, entre 2008 e 2009.

Após esse esforço, o DCERTA foi instituído oficialmente pela Resolução nº 151, de 07 de maio de 2010, da ANAC. Em face da experiência adquirida e das necessidades operacionais, os sistemas foram aperfeiçoados. Concomitantemente, houve um planejamento entre o DECEA e a ANAC, com o intuito de estender a operacionalidade SAIS/DCERTA a todas as Salas AIS do SISCEAB, obedecendo a um cronograma específico.

Com a finalidade de otimizar as ações do piloto em comando ou do preposto da empresa aérea e do operador da Sala AIS, a referida Resolução foi alterada pela Resolução nº 165, de 08 de agosto de 2010.

Baseado nessas Resoluções, foi editada a presente Instrução com o objetivo de definir as competências e estabelecer os procedimentos dos operadores AIS quanto à utilização do DCERTA.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Definir competências e estabelecer os procedimentos dos operadores AIS quanto à utilização do Sistema Decolagem Certa – DCERTA, no que tange às aeronaves e tripulações técnicas.

1.2 SIGLAS E ABREVIATURAS

Para efeito desta publicação, as siglas e abreviaturas abaixo significam:

ANAC	– Agência Nacional de Aviação Civil;
CCF	– Certificado de Capacidade Física
CINDACTA	– Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo;
DCERTA	– Sistema Decolagem Certa;
DECEA	– Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
DOV	– Despachante Operacional de Voo
EPTA	– Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo.
IFR	– Regras de Voo Por Instrumento
LRO	– Livro de Registro de Ocorrência;
SAIS	– Sistema Automatizado de Sala AIS; e
SRPV	– Serviço Regional de Proteção ao Voo;

1.3 ÂMBITO

As disposições contidas nesta Instrução aplicam-se às Salas AIS de Aeródromo do SISCEAB e aos seus usuários.

2 COMPETÊNCIAS

2.1 DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

2.1.1 O DECEA é responsável pelo desenvolvimento do aplicativo SAIS que possibilita a consulta ao DCERTA.

2.1.2 Os CINDACTA/SRPV/INFRAERO deverão disponibilizar o acesso à Intraer, conforme o caso, e à Internet nas máquinas em que o SAIS estiver instalado, de forma a possibilitar as consultas ao banco de dados do DCERTA.

NOTA: Não está previsto o acesso ao Sistema DCERTA nas EPTA.

2.1.3 Os gestores das Salas AIS deverão encaminhar, por meio de correspondência oficial, aos CINDACTA/SRPV/INFRAERO os registros do LRO relativos à operação do SAIS/DCERTA que, após análise e controle, encaminharão ao órgão responsável da ANAC, para fiscalização e/ou gerenciamento do risco à segurança operacional da aviação civil.

NOTA: Cabe única e exclusivamente à ANAC as soluções e orientações relativas às informações verificadas.

3 PROCEDIMENTOS

3.1 VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE

3.1.1 A verificação relativa à regularidade dos pilotos e aeronaves efetuada na Sala AIS será baseada nas informações disponibilizadas pela ANAC por meio do DCERTA.

3.1.2 Os operadores das Salas AIS deverão informar aos pilotos ou representantes legais sobre as ocorrências apresentadas pelo DCERTA e orientá-los a entrar em contato com a ANAC.

3.1.3 No momento da entrega do plano de voo, caso ocorra a indisponibilidade de acesso ao DCERTA, ou se constate discrepância entre a informação disponível no Sistema e a documentação em poder do piloto em comando ou preposto da empresa, o operador deverá:

- a) quando o plano de voo for apresentado no balcão, exigir a declaração de regularidade assinada;
- b) quando o plano de voo for apresentado por telefone ou fax, exigir o envio da declaração de regularidade assinada, via fax, ou que seja apresentada pessoalmente na respectiva Sala AIS; e
- c) anexar as declarações apresentadas ou enviadas aos respectivos planos de voo e arquivar toda a documentação, conforme o previsto para as mensagens veiculadas nas Salas AIS.

NOTA: As discrepâncias apontadas pelo DCERTA relativas a aeródromos não eximem o operador e o piloto em comando de consultar as informações AIS em vigor, prevalecendo, somente nesse caso, as informações disponibilizadas pelo DECEA.

3.1.4 Se houver a recusa da apresentação da declaração de regularidade assinada ou do seu envio, via fax, não receber o plano de voo.

3.1.5 O código ANAC do segundo piloto deverá ser inserido, caso haja necessidade da verificação de sua regularidade por intermédio do DCERTA.

3.1.6 Deverão ser registradas, no LRO da Sala AIS, as discrepâncias ocorridas em face dos itens 3.1.3 e 3.1.4.

3.1.7 Deverão ser registradas, no LRO da Sala AIS, quaisquer outras ocorrências relativas a discrepâncias de tripulações técnicas e/ou aeronaves não previstas nesta instrução.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos não previstos serão submetidos à apreciação do Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, por meio da cadeia de comando.

Anexo – Declaração de Regularidade**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

Data de emissão: __/__/__

“Eu, _____, carteira de identidade nº _____, órgão emissor _____, piloto em comando ou preposto da empresa, para fins de observância dos requisitos exigidos, verificados pelo sistema DCERTA quando da apresentação do plano de voo ao qual esta declaração é vinculada, declaro que disponho de documentação que comprova a regularidade desses requisitos, os quais estão listados a seguir:

-Com relação à tripulação técnica:

Habilitação IFR válida (no caso de voo IFR); habilitação para classe/tipo requerida válida; proficiência linguística requerida; habilitação relativa à operação requerida válida; CCF válido, e situação do CCF adequado para a operação;

-Com relação à aeronave:

Aeronave certificada para IFR (no caso de voo IFR); aeronave não interdita; aeronave com marcas de nacionalidade e matrícula válidas, e certificado de aeronavegabilidade válido.

Declaro, também, estar ciente de que:

- (1) a presente declaração não impede ou prejudica as ações de fiscalização da ANAC;
- (2) a irregularidade em relação à documentação referida nesta declaração é suficiente para impedir a realização do voo;
- (3) a regularidade perante os órgãos públicos quanto aos itens acima constitui, nos termos da regulamentação vigente, meio objetivo de garantia da segurança operacional e de proteção à incolumidade dos tripulantes e passageiros da aeronave e de terceiros; e
- (4) a realização do voo sem os documentos exigidos nos termos da regulamentação da ANAC configura infração punível nos termos do art. 289 da Lei nº 7.565/1986 e oferece risco à segurança operacional e à incolumidade dos tripulantes e passageiros da aeronave e de terceiros, e de que, nesse sentido, a presente declaração altera a verdade sobre fato juridicamente relevante, sendo, assim, punível criminalmente no caso de falsidade, nos termos do art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Local e data

Assinatura

Piloto em comando/preposto da empresa operadora

Dados do Piloto em Comando

Tel:

E-mail:

End.:

Visto e carimbo

Responsável pelo recebimento do plano de voo